



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

﻿**ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO QUARTO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**, realizada aos 29 dias do mês de abril de 2026. Às 09h25min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, para discutir sobre a Mensagem nº 4.730/2026, que dispõe sobre a autorização, na forma do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, para a revisão geral anual de vencimentos, salários, gratificações, adicionais, proventos de aposentadorias e pensões dos Servidores públicos municipais; dos subsídios mensais fixados no artigo 1º da Lei nº 12.462, de 2 de janeiro de 2012; dos subsídios fixados no art. 8º da Lei nº 9.666, de 13 de dezembro de 1999; reajusta o limite de concessão e o valor do vale/*ticket*-alimentação, cria gratificações e adicionais, altera dispositivos da Lei nº 9.212, de 27 de janeiro de 1988, e da Lei nº 8.710, de 31 de julho de 1995, e dá outras providências. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no *site* oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal solicitou a suspensão da audiência pública até a chegada da Secretária da Fazenda, Fernanda Finote, destacando que ela havia sido convocada e que sua presença era importante para os debates. O Vereador afirmou que não havia pressa para o prosseguimento da audiência e criticou a condução do orçamento municipal, alegando que não caberia à convocada se ausentar de uma audiência destinada a tratar dos Servidores municipais. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado manifestou indignação com a condução da audiência pública, disse que os participantes estavam "fazendo papel de palhaço" diante da ausência de informações claras sobre o projeto em discussão. Relatou que havia se preparado para debater o texto originalmente protocolado na Casa, mas que foi informado da existência de um substitutivo ao qual os Vereadores ainda não tiveram acesso adequado. O parlamentar questionou qual versão seria efetivamente debatida, criticando o fato de o novo texto ter sido encaminhado de última hora, sem tempo hábil para análise. Declarou que não participaria da discussão sem conhecer o conteúdo atualizado do projeto. Ressaltou ainda que defendia o princípio da igualdade entre as categorias envolvidas, o que, segundo ele, não estaria garantido no texto anteriormente apresentado. O Vereador Maurício Delgado também disse que a presença da Secretária da Fazenda era necessária, em razão dos impactos financeiros da proposta. Segundo o Vereador, o projeto previa a possibilidade de concessão de aumento de até 110% para determinados Servidores ligados à Secretaria da Fazenda e áreas de arrecadação, classificando a medida como absurda diante do cenário de frustração de receita enfrentado pelo Município nos últimos dois anos. O Presidente Zé Márcio Garotinho informou que a Secretária Fernanda Finote encaminharia justificativa formal para sua ausência. Em seguida, relatou que, segundo o Secretário de Governo, Ronaldo Pinto Júnior, as alterações promovidas no projeto encaminhado aos Vereadores naquele dia seriam pequenas em relação ao texto anterior. O Presidente disse que, em respeito às pessoas presentes na audiência pública, os trabalhos seriam mantidos. Destacou ainda que o prazo para votação do reajuste se encerraria no dia seguinte e que eventual adiamento poderia comprometer a apreciação da matéria dentro do prazo necessário. Por fim, registrou que, caso fosse necessário, outras audiências públicas poderiam ser realizadas posteriormente, inclusive com a presença da Secretária da Fazenda. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer destacou a ansiedade dos Servidores em relação ao reajuste salarial e reconheceu que a categoria é merecedora do reconhecimento e da recomposição. Contudo, ressaltou que a realização da audiência pública era necessária em razão dos prazos legais para concessão do reajuste, especialmente por se tratar de ano eleitoral. O parlamentar explicou que a legislação exige que o reajuste seja aprovado até o dia 30, alertando que, caso a tramitação fosse adiada, o Município poderia perder até mesmo a possibilidade de conceder a recomposição inflacionária pelo IPCA. Defendeu, assim, a continuidade da discussão e a possibilidade de votação da matéria ainda nesta semana. O Vereador disse ainda que, embora também considere importante a presença da Secretária da Fazenda, a audiência pública pode prosseguir com a participação do Secretário de Governo e do Secretário de Recursos Humanos.



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

Acrescentou que todas as questões levantadas serão discutidas antes da emissão de parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, da qual é Presidente. Ressaltou que a comissão somente aprovaria a matéria após ampla análise e debate, dizendo que o objetivo do colegiado era defender aquilo que estivesse dentro da legalidade. O Presidente Zé Márcio Garotinho registrou que a audiência pública teria como objetivo ouvir tanto os representantes do Poder Executivo quanto os representantes sindicais e de associações, a fim de garantir a participação de todos os envolvidos na discussão da matéria. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão disse que não haveria tempo para novas discussões, uma vez que o projeto seria votado no dia seguinte. Disse que as alterações apresentadas de última hora não haviam sido debatidas previamente com Vereadores, sindicatos e categorias envolvidas, destacando que algumas medidas poderiam beneficiar determinados grupos e prejudicar outros. O parlamentar também mencionou que o reajuste do IPCA foi incluído em outras mudanças no mesmo projeto, observando que eventual veto ou questionamento judicial poderia comprometer toda a matéria e gerar prejuízos aos Servidores. Ao final, declarou que o processo estava sendo conduzido de forma apressada e sem diálogo prévio adequado. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol solicitou o fornecimento de cópias do substitutivo encaminhado ao Legislativo, para que os Vereadores pudessem analisar as alterações realizadas no projeto. O parlamentar disse que a matéria continha pontos que poderiam ser questionados legalmente, razão pela qual considerava necessária uma discussão aprofundada durante a audiência pública. O Vereador ainda destacou que havia emendas a serem apresentadas, especialmente em relação a categorias que negociaram benefícios com o Executivo, mas cujas concessões teriam sido adiadas para 2027. Segundo ele, seria necessário avaliar o conteúdo do substitutivo para verificar o que havia sido alterado, ressaltando que os Vereadores foram surpreendidos pela nova versão do projeto e precisavam estudá-la antes da votação. O Presidente informou que já havia solicitado a realização de cópias do substitutivo encaminhado ao Legislativo, destacando que o material havia sido recebido recentemente e seria distribuído aos Vereadores para análise. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado destacou a importância da audiência pública diante das demandas apresentadas por diversas categorias de Servidores aos gabinetes parlamentares. Defendeu a continuidade da reunião, mesmo com a ausência da Secretária da Fazenda, para que Vereadores, Executivo e Servidores pudessem esclarecer os pontos do projeto. A parlamentar informou que comparou o texto original com o substitutivo encaminhado pelo Executivo e afirmou que as alterações identificadas eram pontuais, envolvendo mudanças relacionadas a um benefício para os Procuradores e ao valor de uma gratificação de atendimento. Ressaltou ainda que o projeto previa reajuste pelo IPCA, ganho real e benefícios para diferentes categorias, defendendo que a discussão deve servir para nivelar informações e aperfeiçoar a proposta antes da votação. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut afirmou que a Câmara não deveria votar a matéria sem ouvir adequadamente os trabalhadores e atender às reivindicações das categorias que se manifestavam durante a audiência. Destacou que, desde o encerramento da campanha salarial, diversos Servidores procuraram os Vereadores relatando insatisfação por terem ficado fora do acordo firmado. A parlamentar também mencionou que a mensagem encaminhada pelo sindicato à Câmara indicava concordância com o projeto, motivo pelo qual defendeu que fossem ouvidas as categorias que alegavam não ter participado das negociações. Ao final, disse que a Câmara buscaria contemplar todas as categorias nas discussões e declarou que nenhum trabalhador deveria ficar para trás. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse estar insatisfeito com a ausência da Secretária Fernanda Finote na audiência pública, o que, para ele, representa desrespeito à Câmara Municipal. O parlamentar mencionou informações sobre um possível desligamento da Secretária. Em seguida, falou que, diante das manifestações feitas durante a audiência, esperava que todas as categorias fossem contempladas nas discussões e emendas ao projeto. Declarou ainda que as propostas apresentadas pelos Vereadores em benefício das categorias deveriam ser analisadas e aprovadas, condicionando o avanço da matéria à inclusão das reivindicações consideradas legítimas pelos



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

parlamentares. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão reforçou suas manifestações feitas anteriormente durante a audiência e destacou que o dia seguinte seria o último prazo para apreciação da matéria. O parlamentar convocou os Servidores a comparecerem à Câmara no horário da votação, falou que as emendas apresentadas deveriam ser discutidas juntamente com as categorias envolvidas. O Vereador também mencionou a mobilização das Agentes de Saúde e defendeu que todas as categorias fossem contempladas de forma igualitária nas discussões e eventuais alterações do projeto. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut disse reafirmar seu compromisso com os trabalhadores do Município, destacando que participou da audiência pública para ouvir as demandas das categorias presentes. A parlamentar disse que ainda havia diversos pontos a serem discutidos e ajustados na proposta, incluindo reivindicações relacionadas a benefícios e valorização dos Servidores. Declarou, na sequência, que os Vereadores buscariam construir, até a votação da matéria, uma negociação salarial que contemplasse o maior número possível de categorias. Ressaltou que, diante das reivindicações apresentadas à Câmara, o Legislativo atuaria para tentar atender os trabalhadores da melhor forma possível. Colocou seu mandato à disposição das categorias que pleiteavam direitos durante a audiência. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira destacou a importância da audiência pública e disse que recebeu manifestações de categorias que alegavam ter ficado fora das negociações salariais. Relatou que a informação inicial era de que o sindicato concordava com a proposta encaminhada pelo Executivo, mas ressaltou a necessidade de ouvir oficialmente a entidade sobre o acordo firmado. O parlamentar também informou que Vereadores discutiam a apresentação de emendas para contemplar categorias que se consideravam prejudicadas, defendendo que todas as reivindicações fossem debatidas antes da votação da matéria. Pela ordem, a Vereadora Kátia Franco disse que já tinham sido protocoladas emendas no sistema com medidas voltadas ao atendimento das reivindicações dos Servidores. A Parlamentar solicitou o apoio dos demais Vereadores às propostas apresentadas, destacando a importância da assinatura das emendas para garantir sua aprovação e beneficiar as categorias presentes na audiência. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que não havia necessidade de pressa na audiência e voltou a mencionar mudanças no Governo Municipal. Em seguida, declarou que diversos Vereadores manifestavam apoio aos Servidores, mas observou que, segundo ele, emendas apresentadas em benefício das categorias ainda não contavam com assinaturas de parlamentares da base governista. O Vereador citou como exemplo proposta relacionada ao aumento do *ticket*-alimentação para R\$ 600 e defendeu tratamento igualitário entre os Servidores. Ao final, convocou os trabalhadores a acompanharem a votação da matéria no dia seguinte, afirmando que a presença das categorias permitiria acompanhar o posicionamento dos Vereadores em relação às emendas apresentadas. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira disse que a mobilização dos Servidores em defesa de seus direitos era legítima e ressaltou que conquistas de carreira são construídas ao longo do tempo, citando o exemplo do magistério municipal. Destacou a importância de ouvir os Servidores presentes na audiência para compreender as reivindicações apresentadas pelas categorias. A parlamentar também explicou que o posicionamento dos Vereadores sobre as emendas dependeria das discussões realizadas durante a audiência e das manifestações das categorias e do sindicato. Ressaltou ainda que, no caso do magistério, as propostas encaminhadas ao Legislativo haviam sido aprovadas previamente pela própria categoria em assembleia, defendendo a organização dos trabalhadores e o diálogo coletivo nas negociações salariais. Ato contínuo, passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, o Secretário de Recursos Humanos, Sr. Mateus Jacometti, apresentou breve relato acerca das negociações da campanha salarial de 2026. Informou que as mesas de conversa foram iniciadas após o período de calamidade, ocasião em que os sindicatos apresentaram proposta contendo reajuste com ganho real, destacando-se como principal pauta aprovada pela Administração o percentual de 1,14% de ganho real aos Servidores, conforme previsto no Projeto de Lei encaminhado à Casa Legislativa. Ressaltou que este representa o segundo ganho real concedido pela Prefeitura aos Servidores municipais, sendo o primeiro ocorrido no início



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

da gestão. Na sequência, destacou o reajuste do *ticket*-alimentação acima da inflação, informando que o benefício foi fixado em R\$ 600,00 para todos os Servidores que já o recebiam, bem como a ampliação do benefício para aqueles que anteriormente não tinham direito ao *ticket*. Salientou que, ao término das negociações, consolidou-se a proposta de concessão do *ticket*-alimentação para todos os Servidores municipais. Mencionou ainda que, na campanha salarial do ano anterior, houve a implementação da jornada de 30 horas para os Servidores municipais, sendo que, no exercício atual, as principais conquistas foram o ganho real e o *ticket*-alimentação universalizado. Ressaltou que tais pautas foram amplamente debatidas entre a Administração e os sindicatos, tendo sido acolhidas e inseridas no Projeto de Lei em discussão. Informou também que determinadas demandas específicas de categorias, que não puderam ser atendidas na campanha salarial de 2025, foram contempladas na campanha salarial de 2026, conforme compromisso anteriormente assumido pela Administração. Relatou que houve diálogo constante entre o setor de Recursos Humanos, sindicatos e categorias envolvidas ao longo do ano de 2025. Como exemplo, citou a criação de adicional para Servidores da Secretaria de Obras, incluindo Motoristas, Auxiliares Operacionais, Auxiliares de Serviços e Operadores de Máquinas, reivindicação apresentada em conjunto com o sindicato no ano anterior. Explicou que a medida não pôde ser implementada em 2025 em razão da implantação da jornada de 30 horas, mas foi incluída no Projeto de Lei da campanha salarial de 2026. Mencionou ainda a situação dos Agentes de Atendimento, relatando que a categoria reivindicava a extensão da gratificação anteriormente vinculada apenas à lotação em determinadas Secretarias. Informou que o pleito foi debatido em 2025 e resultou na previsão de gratificação para todos os Agentes de Atendimento, mantendo-se igualmente gratificações para outras carreiras que realizam atendimento ao público. Prosseguindo, destacou que outras pautas pendentes da campanha salarial de 2025 também foram contempladas no Projeto de Lei de 2026, mencionando, entre elas, as demandas da Defesa Civil, debatidas anteriormente em razão do cenário de calamidade. Registrou reconhecimento a todos os profissionais que atuaram durante o período de calamidade, ressaltando que a referência feita tinha caráter exemplificativo das categorias atendidas pelo Projeto de Lei. Ao tratar do concurso interno, informou que a Administração buscará realizar o maior número possível de nomeações ao longo do ano de 2026, observando todas as questões legais e a paridade entre as carreiras contempladas. Citou expressamente os cargos de Assistentes Administrativos, Secretários Escolares, Motoristas, Agentes de Transporte e Trânsito e Guardas Municipais, ressaltando que todas as carreiras serão tratadas de forma paritária. Por fim, encerrou sua manifestação destacando a relevância das negociações realizadas, enfatizando o ganho real de 1,14%, a concessão do *ticket*-alimentação para todos os Servidores e o atendimento de reivindicações de diversas categorias discutidas ao longo de 2025 e contempladas no Projeto de Lei de 2026. Pela ordem, a Vereadora Kátia Franco disse que os trabalhos realizados não ficaram restritos à Defesa Civil, mas envolveram toda a estrutura da Prefeitura, incluindo Servidores de diferentes setores da Administração Pública. Ressaltou que diversos profissionais participaram ativamente das ações e defenderam que, caso houvesse concessão de mérito, reconhecimento ou aumento, este deveria ser estendido de forma igualitária a todos os Servidores que atuaram e contribuíram durante o período mencionado. Com a palavra, a Senhora Deise Medeiros, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, iniciou sua fala registrando que o convite formal para participação na audiência foi encaminhado à entidade apenas na noite anterior, tendo tomado ciência oficialmente na manhã do dia da sessão. Também esclareceu que o sindicato encaminhou previamente à Câmara Municipal e à Prefeitura documento protocolado contendo o resultado aprovado em assembleia da campanha salarial geral, incluindo índice de reajuste, vale-alimentação e questões relacionadas ao pagamento do 13º salário nas férias. Explicou o funcionamento do processo de negociação entre sindicato e Município, destacando que ainda não existe negociação coletiva regulamentada para Servidores públicos, embora haja projeto em tramitação no Congresso Nacional sobre o tema. Informou que, atualmente, as propostas apresentadas pela Administração Municipal são submetidas à assembleia



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

da categoria, podendo ser aprovadas ou rejeitadas, sendo posteriormente comunicadas oficialmente ao Executivo. Na sequência, disse não concordar com a atuação da Administração Municipal durante a condução da campanha salarial, dizendo que o projeto encaminhado à Câmara continha dispositivos não pactuados com a categoria, classificando-o como prejudicial aos Servidores. Alegou ainda que estaria ocorrendo tentativa de responsabilizar o sindicato pelas medidas constantes no projeto de lei, o que contestou. A representante sindical também mencionou reivindicações específicas de categorias, como a dos Motoristas, relacionadas ao pagamento de adicional de risco, e criticou a condução das negociações salariais por parte do Executivo. Em sua manifestação, apontou insatisfação quanto às condições de trabalho enfrentadas pelos Servidores, mencionando relatos de precariedade estrutural em repartições públicas. Ao final, convocou os Servidores para mobilizações futuras, defendeu maior união entre entidades sindicais e informou a intenção de formalizar denúncia na Organização Internacional do Trabalho sobre supostas práticas antissindicais atribuídas ao Município. O Presidente Zé Márcio Garotinho informou que se ausentou momentaneamente da sessão para atender ligação da Prefeita Margarida Salomão. Segundo relatado, a Chefe do Executivo teria garantido o início das nomeações dos aprovados em concurso interno, dentro dos limites fiscais do Município, bem como a abertura de mesa de negociação com as demais categorias do serviço público municipal, nos moldes das negociações realizadas com as categorias contempladas no projeto em discussão. Na sequência, esclareceu que apenas transmitia aos presentes a mensagem encaminhada pela Prefeita e solicitou ao Secretário de Governo, Sr. Ronaldo Pinto Júnior, que reiterasse as informações apresentadas. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut disse que havia se comprometido anteriormente com os Servidores, apresentando inclusive documentos encaminhados pelo sindicato. Informou que a Presidente do sindicato a acusou de mentir, motivo pelo qual esclareceu que existiria vídeo publicado na página oficial da Prefeitura em que representantes sindicais validariam a mensagem encaminhada à Câmara Municipal. A parlamentar declarou ainda que o e-mail enviado pelo sindicato continha os pontos que deveriam constar no projeto de lei, sem menção à nomeação ou concurso interno. Sustentou que o sindicato teria alterado o discurso posteriormente e atribuído aos Vereadores prática de politicagem, rebatendo a acusação e afirmando que a entidade não teria respeitado as demais categorias de trabalhadores. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal falou sobre a criação de grupos de trabalho para discussão das demandas dos Servidores, dizendo que, quando há interesse político, as questões poderiam ser resolvidas diretamente. Disse que o Executivo deveria tratar todas as categorias de forma igualitária, ainda que os reajustes fossem menores, desde que houvesse transparência. Disse ainda que determinadas medidas estariam sendo adotadas para beneficiar categorias específicas e orientou os Servidores a buscarem resolver suas reivindicações antes da votação prevista, mencionando possível limitação orçamentária futura. Também falou que a Prefeita Margarida Salomão poderia postergar as tratativas relacionadas às demandas apresentadas. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antonioli falou sobre o processo seletivo competitivo interno e as nomeações previstas para 2026. Disse que, conforme diálogo realizado com o Governo, a Prefeita ouviria os Servidores, mas que a emenda apresentada ao projeto seria mantida por todos os Vereadores, servindo como base para futuras negociações. Disse ainda que a emenda foi apresentada aos representantes dos Servidores e que haveria concordância quanto ao seu conteúdo, incluindo as nomeações detalhadas no texto. Informou que a emenda possuía caráter autorizativo e pediu ao Secretário de Governo que considerasse a proposta como referência para continuidade das tratativas. Também falou sobre a necessidade de retomada do diálogo com os remanescentes da Associação Municipal de Apoio Comunitário (Amac,) mencionando que a pauta estaria paralisada há mais de um ano. O Presidente Zé Márcio Garotinho informou que havia sido confirmada a renúncia da Secretária de Fazenda e destacou a importância de atenção às falas do Secretário de Governo durante a audiência. Com a palavra, o Secretário de Governo Ronaldo Pinto falou sobre a importância do diálogo entre Executivo, Legislativo, sindicatos, associações e Servidores para construção das propostas relacionadas à campanha salarial de 2026.



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

Disse que a Prefeitura mantém diálogo contínuo com as categorias e destacou a atuação das entidades sindicais e associativas na mobilização dos Servidores. Falou ainda sobre avanços obtidos nas campanhas salariais anteriores, mencionando a redução da jornada para 30 horas sem redução salarial e outras medidas voltadas aos Servidores municipais. Disse que a pauta referente às nomeações do concurso interno não constava entre as prioridades apresentadas inicialmente nas negociações da campanha salarial de 2026, ressaltando que os registros das reuniões e dos acordos firmados embasaram a elaboração da mensagem encaminhada à Câmara Municipal. Informou que o projeto enviado pelo Executivo segue o mesmo modelo utilizado no ano anterior e que a proposta permanece em discussão no Legislativo, podendo sofrer alterações. Disse também que o Governo Municipal mantém diálogo com diversas categorias e que novas demandas poderão ser avaliadas conforme a capacidade orçamentária da Prefeitura. O Secretário falou ainda sobre os índices de reajuste concedidos por outros Municípios e destacou que Juiz de Fora estaria concedendo ganho real aos Servidores, além de reajuste no *ticket*-alimentação e atendimento de demandas específicas das categorias. Disse que o Governo pretende continuar as negociações com os Servidores e associações durante o restante da gestão. O Presidente Zé Márcio Garotinho pediu atenção dos presentes e falou sobre a gravidade do momento enfrentado pela Câmara Municipal, pelos Servidores e pelo Executivo, mencionando a renúncia da Secretária de Fazenda. Disse que a mensagem encaminhada à Casa contém proposta de reajuste e benefícios para algumas categorias e que os Vereadores não pretendem retirar direitos considerados legais e acordados com os sindicatos. Falou ainda que diversas categorias também reivindicam inclusão de benefícios e melhorias, ressaltando que os Vereadores não podem apresentar emendas que imponham ao Executivo reformas de cargos, salários ou reajustes salariais. Disse que o objetivo é buscar entendimento entre Executivo, Legislativo, sindicatos e associações, de forma cautelosa e dialogada, para evitar prejuízos às categorias já contempladas e às que ainda apresentam reivindicações. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antonioli falou que a pauta referente aos Servidores que participaram do processo competitivo interno não constava entre as reivindicações apresentadas pelo sindicato, dizendo que o tema foi levantado durante a tramitação dos projetos na Câmara por Vereadores da Casa. Disse ainda que as categorias contempladas no projeto precisam ter a legalidade dos benefícios analisada e que algumas estariam sendo excessivamente valorizadas, motivo pelo qual o tema deveria continuar sendo debatido no Legislativo. Falou também sobre a apresentação de emendas pelos Vereadores, ressaltando que a manutenção ou eventual veto seria discutido posteriormente. Informou que a emenda relacionada ao processo competitivo interno seria mantida e que outras emendas também poderiam ser apresentadas para discussão das demandas de diferentes categorias. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola informou ter recebido contato do Vereador Maurício Delgado e falou sobre a apresentação de emenda conjunta destinada a contemplar Conselheiros Tutelares, Motoristas Leves e Pesados, Auxiliares Administrativos e Servidores da Vigilância Sanitária. Disse ainda que os Vereadores atuariam como interlocutores das categorias no Executivo e orientou os Servidores a apresentarem suas reivindicações aos gabinetes parlamentares. Informou que outras categorias ainda não contempladas poderiam procurar os Vereadores para discussão de novas emendas e encaminhamentos ao Executivo Municipal. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira falou sobre o processo legislativo relacionado às mensagens encaminhadas pelo Executivo, esclarecendo que a criação de cargos e concessão de reajustes é prerrogativa do Executivo Municipal, mas que a apreciação e alteração das propostas cabem à Câmara Municipal por meio da apresentação de emendas. Disse ainda que compete aos Vereadores analisar os projetos encaminhados, podendo apresentar alterações, supressões ou acréscimos às matérias em tramitação. Falou também sobre a necessidade de análise das condições orçamentárias e da legalidade das emendas, mencionando a possibilidade de veto pelo Executivo. O parlamentar destacou a importância do diálogo entre Vereadores, Executivo, sindicatos e categorias para construção de um texto que possa ser aprovado e posteriormente sancionado, sem prejuízo aos



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

Servidores, especialmente em relação à garantia da recomposição inflacionária. Ao final, falou sobre a necessidade de continuidade das negociações e das discussões até a votação da matéria. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal falou sobre o encaminhamento de projetos de lei pelo Executivo Municipal, dizendo que as mensagens chegam à Câmara em prazo reduzido para análise pelos Vereadores. Disse ainda que as discussões realizadas entre o Governo e os sindicatos não seriam apresentadas previamente ao Legislativo, dificultando a avaliação detalhada das matérias. Falou também sobre o período de negociação da campanha salarial, mencionando que as discussões ocorreram de forma tardia. Disse que os Vereadores apresentaram pedidos de informação sobre o tema e que os projetos encaminhados conteriam dispositivos que demandariam maior análise pela Câmara Municipal. O parlamentar disse ainda que os Vereadores possuem prerrogativa para apresentação de emendas aos projetos e mencionou a possibilidade de veto pelo Executivo, ressaltando que eventual veto poderia ser apreciado posteriormente pelo Legislativo. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut sugeriu a criação de uma comissão de Vereadores para acompanhar as negociações entre o Executivo e as categorias de Servidores, mencionando a informação apresentada pela presidência da Casa sobre a intenção da Prefeita de retomar o diálogo com os Servidores. Disse que o acompanhamento pelo Legislativo permitiria maior agilidade na tramitação e votação das matérias relacionadas às reivindicações das categorias, garantindo maior ciência das negociações realizadas pelo Executivo. Falou ainda sobre a possibilidade de realização de sessões extraordinárias, caso necessário, para apreciação das propostas encaminhadas pela Prefeitura, destacando a importância de assegurar os direitos e reivindicações dos Servidores municipais. O Presidente Zé Márcio Garotinho falou que não haveria necessidade de criação de comissão especial para acompanhamento das negociações, informando que todos os Vereadores estariam livres para participar e acompanhar as tratativas junto às categorias e ao Executivo Municipal. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer falou aos Servidores que não haveria Vereadores contrários às categorias e disse que as emendas apresentadas para contemplar os Servidores seriam assinadas pelos parlamentares. Disse ainda que as negociações entre Executivo, Mesa Diretora e Vereadores deveriam continuar para construção de novo substitutivo ao projeto, buscando contemplar tanto as categorias já incluídas quanto aquelas ainda não atendidas. Falou também que os Vereadores estariam atuando em defesa da valorização dos Servidores e que o Executivo estaria avaliando formas de atender às diferentes categorias apresentadas durante a audiência. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão falou que as demandas apresentadas pelos Servidores deveriam ser resolvidas até a votação prevista para o dia seguinte, manifestando preocupação com a criação de comissões que poderiam prolongar as discussões sem definição prática. Disse ainda que seria necessário diálogo entre sindicatos, Vereadores e Executivo para construção de entendimento sobre as reivindicações das categorias, defendendo que as negociações fossem intensificadas até a realização da votação. Também mencionou a necessidade de definição das questões orçamentárias e administrativas para viabilizar a apreciação das demandas apresentadas pelos Servidores. Pela ordem, o Vereador André Mariano falou aos Servidores presentes sobre a atuação dos Vereadores do Partido Liberal nas discussões relacionadas às emendas apresentadas ao projeto. Disse que as emendas favoráveis às categorias foram assinadas pelos parlamentares do partido e ressaltou a importância das negociações realizadas entre sindicatos, Servidores e Executivo Municipal. Falou ainda que as reivindicações apresentadas pelos Servidores costumam ser acompanhadas pelos Vereadores após as tratativas conduzidas pelos sindicatos e pelo Governo. Ao final, pediu que Vereadores da base do Governo também assinassem as emendas apresentadas, visando contemplar as diferentes categorias de Servidores. Com a palavra, o Presidente da Associação dos Assistentes de Administração, Senhor Helber Augusto Alves Afonso, falou sobre o projeto de lei referente à campanha salarial de 2026, destacando que a proposta contempla reajuste pelo IPCA, ganho real, reajuste do *ticket*-alimentação, adicionais e gratificações para diferentes categorias de Servidores. Disse que os benefícios apresentados são resultados de negociações conduzidas pelas categorias no



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

Executivo Municipal. Falou ainda sobre a situação dos Assistentes de Administração em relação ao processo seletivo competitivo interno, afirmando que a nomeação dos aprovados decorre de previsão legal vinculada à estrutura da carreira e à progressão funcional prevista na legislação municipal. Disse que a realização do processo seletivo e das nomeações constitui cumprimento de obrigação legal do Executivo. O representante destacou que a periodicidade do processo seletivo estaria prevista em decreto municipal e falou sobre a necessidade de efetivação das nomeações dos aprovados em 2026. Disse também que, na avaliação da associação, haveria viabilidade financeira para implementação das nomeações, considerando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e os impactos orçamentários apresentados pelo projeto. Falou ainda sobre a necessidade de maior clareza e isonomia no tratamento entre as diferentes categorias de Servidores, mencionando que algumas categorias estariam sendo contempladas com benefícios específicos enquanto outras permanecem sem atendimento de reivindicações históricas. Ao final, pediu ao Executivo e ao Legislativo que as nomeações dos aprovados fossem efetivadas antes da aprovação final do projeto de lei em discussão. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol falou sobre a necessidade de tratamento isonômico entre as categorias de Servidores municipais, mencionando a situação dos aprovados no processo competitivo interno. Disse que a pauta apresentada pelos Vereadores na Câmara trata da garantia de igualdade de tratamento dentro dos limites da legalidade e da responsabilidade fiscal. Falou ainda sobre a inclusão dos Secretários Escolares nas nomeações previstas para 2026, destacando que a medida teria resultado de negociação conduzida pelo sindicato da categoria. Disse que outras categorias também deveriam receber tratamento semelhante, observando diferenças nos benefícios concedidos a determinados cargos. O parlamentar mencionou ainda que a nomeação dos aprovados estaria prevista em decreto e no edital do processo seletivo, defendendo o cumprimento do que foi estabelecido anteriormente. Ao final, falou que os Vereadores são autores da emenda apresentada sobre o tema e destacou a expectativa de continuidade das negociações com o Executivo Municipal. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado falou sobre a reivindicação apresentada pelos Servidores relacionados ao processo de seleção competitiva interna, destacando a legitimidade da demanda e a necessidade de valorização dos Servidores efetivos do Município. Disse que a pauta envolve Servidores de carreira, como Assistentes de Administração, Motoristas, Agentes de Trânsito e Guardas Municipais, mencionando que se trata de profissionais concursados que atuam na Administração Municipal e reivindicam reconhecimento de direitos previstos no processo seletivo interno. Falou ainda sobre a importância de diálogo entre Executivo e Servidores para viabilizar a readequação relacionada ao processo competitivo interno, manifestando apoio à emenda apresentada sobre o tema. Ao final, disse confiar na condução da gestão municipal e declarou apoio às reivindicações apresentadas pelas categorias. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado pediu desculpas aos presentes por ter se exaltado anteriormente durante a audiência pública. Na sequência, falou sobre a informação relacionada à renúncia da Secretária de Fazenda e mencionou questionamentos apresentados anteriormente acerca de possível irregularidade envolvendo pagamentos retroativos. Disse ainda que protocolou pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apuração dos fatos e pediu apoio dos Vereadores para assinatura do requerimento de investigação. Com a palavra, o Presidente da Associação dos Motoristas, Senhor Emerson Vieira Duarte falou sobre o cumprimento de promessas relacionadas às nomeações previstas no processo competitivo interno, afirmando que a pauta não foi incluída na campanha salarial de 2026 por já ter sido objeto de compromisso assumido anteriormente pelo Executivo Municipal. Disse ainda que os Servidores aguardam a efetivação das nomeações e que os benefícios somente seriam concretizados após a implementação prática das medidas anunciadas. Também mencionou reivindicações relacionadas ao plano de carreira da categoria dos Motoristas, afirmando que demandas apresentadas anteriormente não teriam sido contempladas. Ao final, pediu o cumprimento dos compromissos assumidos com as categorias de Servidores municipais. Com a palavra, a Presidente do Sindicato dos Engenheiros, Valéria Malta falou sobre a participação do



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

sindicato nas assembleias conduzidas pelo sindicato majoritário dos Servidores, informando que a categoria apoiou a proposta apresentada de forma coletiva para os Servidores municipais. Disse ainda que houve insatisfação da categoria após a apresentação do projeto de lei, mencionando diferenças de tratamento entre Servidores e categorias contempladas. Falou também que as reivindicações específicas dos Engenheiros e Arquitetos são discutidas desde 2022 e defendeu a necessidade de implantação de um novo plano de cargos e salários para os Servidores municipais, com critérios isonômicos e abrangentes para todas as categorias. A representante mencionou que apenas Engenheiros e Arquitetos vinculados a determinada secretaria teriam sido contemplados com benefícios específicos no projeto, enquanto profissionais de outras áreas e secretarias com atribuições semelhantes não teriam recebido o mesmo tratamento. Citou ainda Servidores do Demlurb, meio ambiente, obras, mobilidade urbana e vigilância sanitária, defendendo igualdade de tratamento entre os profissionais. Falou também sobre a política de reajuste do *ticket*-alimentação e de adicionais previstos no projeto, defendendo maior isonomia entre as categorias de Servidores. Ao final, informou que o sindicato apresentou emendas ao projeto relacionadas às reivindicações da categoria e reiterou a defesa de um plano de cargos e salários que contemple todos os Servidores municipais. Com a palavra, o Presidente da Associação dos Agentes de Trânsito, Senhor Marcelo Lopes Sobral falou sobre os avanços obtidos pelos Servidores municipais nos últimos anos, mencionando a redução da jornada de trabalho e medidas de valorização das categorias. Disse ainda que todas as categorias devem ser contempladas de forma isonômica nas políticas de valorização profissional. Falou também sobre a importância das nomeações decorrentes dos concursos e processos seletivos internos, destacando que os Servidores aprovados passaram por etapas de preparação e dedicação para obtenção da progressão funcional. Disse que a efetivação das nomeações representa reconhecimento ao mérito e à carreira dos Servidores públicos municipais. O representante disse ainda que os benefícios previstos no projeto de lei são importantes para diversas categorias, mas defendeu que as nomeações e progressões de carreira devem ocorrer conjuntamente às demais medidas de valorização. Ao final, pediu a nomeação dos aprovados nos processos seletivos internos e a abertura de novos processos para as demais carreiras do serviço público municipal. Com a palavra, a Presidente da Associação dos Servidores Municipais da Saúde e Servidores Municipais Aposentados, Senhora Cristina Lopes, falou sobre a participação das categorias da saúde e dos aposentados nas assembleias e negociações relacionadas à campanha salarial dos Servidores municipais. Disse que a questão das nomeações dos aprovados no processo competitivo interno não foi incluída nas pautas deste ano por já ter sido objeto de discussão anterior. Falou ainda que os aposentados participaram das mobilizações e negociações, inclusive defendendo a continuidade das discussões sobre as nomeações e outras reivindicações das categorias. Disse que houve insatisfação com o conteúdo do projeto de lei encaminhado à Câmara, afirmando que a proposta apresentada pelo Executivo divergiu do que havia sido debatido nas assembleias com os Servidores. A representante também mencionou reivindicações dos aposentados, afirmando que a categoria continuará defendendo suas pautas e buscando novas discussões sobre direitos e benefícios. Ao final, pediu respeito e valorização para todos os trabalhadores municipais, destacando que diferentes categorias enfrentaram dificuldades e perdas durante o período recente vivido pelo Município. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer falou sobre reivindicações apresentadas pelo sindicato dos Dentistas e pelos Auxiliares de Odontologia relacionadas à inclusão de percentual de 5% em negociação semelhante à realizada anteriormente com os Médicos. Disse ainda que a solicitação foi apresentada ao Legislativo após negociação conduzida no Executivo Municipal e mencionou que a legislação aplicável aos Dentistas seria a mesma utilizada para os Médicos. O parlamentar informou que a manifestação foi realizada em atendimento às cobranças feitas pelas categorias profissionais da área da saúde. Com a palavra, a Presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde e Endemias da Zona da Mata Mineira, Rita das Dores Duque, disse que saiu da audiência ainda mais triste e decepcionada com a falta de reconhecimento à categoria. Segundo ela, os



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias sequer foram citados durante grande parte das discussões, apesar de também terem enfrentado diretamente os impactos das tragédias causadas pelas chuvas no Município. A oradora destacou que muitos trabalhadores perderam suas casas e enfrentam consequências psicológicas após atuarem em áreas atingidas, como o Parque Burnier, onde houve mortes e destruição. Ressaltou que os Agentes acompanham diariamente as famílias dos territórios e também sofrem emocionalmente com as tragédias vividas pela população. A Presidente citou a ausência de valorização da categoria e lembrou que os Agentes Comunitários de Saúde não recebem recomposição pelo IPCA desde 2018, sob a justificativa de que já possuem reajuste vinculado ao piso federal. Para ela, isso não substitui a valorização que deveria partir do Município. Também argumentou que os recursos federais destinados ao pagamento do piso não impactam a Lei de Responsabilidade Fiscal do Município. Outro ponto levantado foi o descumprimento de promessas relacionadas ao processo seletivo competitivo para progressão da carreira dos Agentes de Endemias. Segundo a oradora, havia um compromisso firmado no ano anterior de realização do processo em 2026, mas a categoria foi informada recentemente de que ele não acontecerá. Falou ainda sobre a diferença de regime jurídico entre Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias em Juiz de Fora. Enquanto os Agentes de Endemias são estatutários, os Agentes Comunitários permanecem sob regime celetista, apesar de ambas as categorias serem regidas pela mesma legislação federal. Pediu apoio dos Vereadores para corrigir essa situação e garantir igualdade de direitos. Ao final, convocou os Servidores para um ato na Prefeitura na segunda-feira, às 8h da manhã, defendendo união entre os trabalhadores para cobrar valorização, direitos e reconhecimento das categorias da saúde. O Presidente Zé Márcio Garotinho registrou a atuação constante das representantes da categoria, destacando a presença frequente das Senhoras Rita e Cida na Câmara Municipal e nos gabinetes, sempre em defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Endemias. Ressaltou ainda que é importante reconhecer a luta diária dessas profissionais na busca pela valorização da categoria e pela garantia de direitos dos trabalhadores da saúde. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão disse que a reivindicação referente ao pagamento de Agente II, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias vem sendo debatida há aproximadamente cinco anos, sem avanços efetivos, tanto na atual gestão quanto nas anteriores. Informou que a matéria foi incluída no Plano Plurianual (PPA) por iniciativa de seu mandato, tendo sido aprovada pela Câmara Municipal e posteriormente sancionada pela Prefeita Municipal. O parlamentar se disse surpreso, ao tomar conhecimento de que o tema ainda não estaria sendo discutido com a categoria, ressaltando que a sanção da matéria no PPA demonstra compromisso do Executivo com sua futura implementação. Destacou, ainda, a importância da mobilização das Agentes de Saúde, parabenizando a categoria pela manifestação realizada em frente à Prefeitura Municipal. Ao final, reafirmou seu compromisso com a pauta e declarou que continuará atuando, na condição de Presidente da Comissão das Agentes Comunitárias de Saúde e Endemias, em defesa da efetivação do pagamento do Agente II, colocando seu mandato à disposição da categoria. Pela ordem, o Vereador Dr. Marcelo Condé solicitou apoio dos parlamentares às emendas apresentadas em favor dos Farmacêuticos e demais categorias que, segundo relatou, não teriam sido contempladas nas medidas em discussão. Destacou a importância da valorização dos Servidores públicos e disse que o funcionamento da Administração Municipal depende diretamente de um quadro funcional valorizado e satisfeito. O parlamentar disse que há ausência de diálogo prévio entre o Poder Executivo, os Vereadores e as categorias envolvidas, defendendo que projetos, emendas e mensagens sejam discutidos antecipadamente para evitar conflitos e a necessidade de audiências públicas para resolução de problemas relacionados aos Servidores. Também disse estar preocupado com a situação financeira do Município, especialmente diante do cenário de calamidade pública, ressaltando a necessidade de responsabilidade administrativa e de maior atenção às demandas dos Servidores municipais. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, a Senhora Thuany Garcia Ferreira, Assistente Administrativa da Prefeitura de Juiz de Fora, disse que sua manifestação tinha



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

por objetivo reforçar o compromisso dos Servidores municipais com a Administração Pública, solicitando, em contrapartida, que o Poder Executivo mantenha o compromisso assumido em 2025 de realizar, no exercício de 2026, a nomeação de todos os Servidores aprovados na seleção competitiva interna. A oradora destacou que, diante do estado de calamidade enfrentado pelo Município, os Servidores não buscam benefícios indevidos, mas sim o cumprimento de direitos já previstos na legislação. Ressaltou ainda o empenho e a dedicação dos Servidores públicos no desempenho de suas funções, mencionando o esforço realizado por diversas equipes para garantir o funcionamento da Administração Municipal. Na sequência, solicitou apoio da Câmara Municipal para que seja cumprida a promessa de nomeação dos Servidores, esclarecendo que a mobilização da categoria ocorre em razão da ausência da pauta nas discussões do Executivo. Informou que os Servidores compareceram à Casa Legislativa para reivindicar, de forma legítima e pacífica, o cumprimento de seus direitos e a efetivação das nomeações dos aproximadamente 800 Servidores participantes do processo seletivo interno. Com a palavra, a Senhora Jaqueline Abreu, Assistente Administrativa da Prefeitura de Juiz de Fora, agradeceu a presença e a mobilização dos Servidores, destacando que o comparecimento à reunião não se tratava de paralisação das atividades, sendo necessário, inclusive, posterior compensação dos horários pelos participantes. A oradora disse que a mobilização tem como objetivo esclarecer e comunicar aos agentes políticos a gravidade da ausência de diálogo efetivo e de apoio às reivindicações dos Servidores públicos, especialmente no que se refere às questões relacionadas ao reajuste e à garantia de direitos da categoria. Ressaltou ainda a necessidade de efetividade nas negociações e destacou que as reivindicações apresentadas não dizem respeito apenas à concessão de benefícios, mas ao cumprimento de direitos decorrentes de concurso público regularmente realizado, homologado e válido. Ao final, solicitou a garantia da nomeação dos Servidores participantes da seleção interna. Com a palavra, a Senhora Nilceia Giroto, Assistente Administrativa da Prefeitura de Juiz de Fora, manifestou-se contrariamente à tramitação apressada da matéria e disse que o argumento relacionado ao período eleitoral não justificaria a urgência na votação do projeto, especialmente diante do tempo já transcorrido desde o início das negociações, iniciadas no mês de novembro. A oradora falou que não concorda com a condução da Administração Municipal em relação às nomeações decorrentes da seleção interna, afirmando que, em gestões anteriores, os candidatos aprovados eram integralmente nomeados, sem limitação por percentual, situação que, segundo relatou, não estaria ocorrendo na atual Administração. Destacou ainda que os Servidores buscam apenas o cumprimento da legislação vigente referente à progressão funcional, ressaltando que a norma é anterior à atual gestão municipal. Também questionou a ausência de apresentação do impacto financeiro de determinadas gratificações e observou que o benefício financeiro esperado pelos Servidores seria, em média, de aproximadamente R\$ 400,00, considerando desproporcional a necessidade de ampla mobilização para assegurar o referido direito. Ao final, falou que os Servidores participaram regularmente do processo seletivo interno, realizaram cursos, provas e demais exigências previstas em lei, defendendo que, uma vez iniciado o processo pela própria Administração Municipal, o Poder Executivo deveria estar preparado para efetivar as nomeações prometidas anteriormente. Com a palavra, o Senhor Weber Vagner Rodrigues Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserpu), informou que participou da construção da pauta geral de reivindicações juntamente com os Servidores municipais, destacando que o documento foi elaborado a partir das demandas apresentadas por associações, comissões e diferentes categorias do funcionalismo público. O representante sindical disse que a pauta geral representa de forma ampla os interesses dos Servidores, ressaltando que entre as principais reivindicações estavam o *ticket*-alimentação para todos os Servidores e a recomposição salarial, pontos que, segundo relatou, teriam sido contemplados nas negociações realizadas pelo sindicato. Na sequência, informou que as demais reivindicações não avançaram em razão da alegação, por parte do Poder Executivo, de ausência de disponibilidade orçamentária, especialmente diante do cenário de calamidade enfrentado pelo Município. O Vice-Presidente falou ainda sobre a legitimidade



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

do sindicato para conduzir as negociações das pautas dos Servidores na Administração Municipal, destacando a importância da atuação das entidades representativas nas discussões relacionadas às demandas do funcionalismo público. Ao final, disse reconhecer a importância da atuação dos Vereadores, defendendo que o Poder Legislativo também contribua na adoção de medidas voltadas à prevenção de novos problemas e dificuldades enfrentadas pelo Município. Com a palavra, a Senhora Tatiane Alvaro Gonzaga, Assistente Administrativa da Prefeitura de Juiz de Fora, questionou os critérios utilizados pela Administração Municipal para definir quais categorias seriam contempladas pelas medidas apresentadas, indagando por que determinados setores receberiam benefícios enquanto outros permaneceriam excluídos. A oradora também manifestou preocupação quanto à utilização política das discussões envolvendo os Servidores públicos. Falou que a categoria desempenha papel essencial para o funcionamento da Administração Municipal. Ressaltou que os Servidores Administrativos frequentemente extrapolam sua carga horária regular para garantir a continuidade dos serviços públicos, inclusive realizando horas extras sem a devida compensação financeira. Destacou ainda que os Assistentes Administrativos exercem funções fundamentais para o funcionamento da Prefeitura, mencionando atividades relacionadas ao processamento de pagamentos, recarga de vale-transporte e demais rotinas administrativas indispensáveis ao serviço público. Ao final, solicitou maior atenção às reivindicações dos Servidores Administrativos e dos trabalhadores vinculados à Amac, defendendo que a categoria busca apenas o cumprimento dos direitos previstos em lei e pedindo que as demandas apresentadas não sejam tratadas como mera questão política. Com a palavra, o Senhor Paulo Henrique Gomes, Motorista da Secretaria de Mobilidade Urbana, manifestou-se em nome da categoria dos Motoristas e dos Servidores vinculados à referida Secretaria. O orador questionou a ausência de adicional para os Motoristas que atuam em áreas de risco, relatando situações enfrentadas durante o exercício das atividades profissionais, inclusive episódios de perseguição e exposição à violência em determinadas localidades do Município. Também disse que não concorda com a utilização de Estagiários para desempenhar atividades técnicas sem o devido acompanhamento profissional, defendendo que os Estagiários atuem sob supervisão adequada dos Técnicos responsáveis. Na sequência, destacou as dificuldades enfrentadas pelos Técnicos de Trânsito e Transporte durante os trabalhos realizados nas vias públicas, mencionando situações de risco envolvendo o tráfego de veículos e as condições de trabalho dos Servidores da área. Ao final, defendeu que a campanha salarial contemple tratamento igualitário entre as categorias do funcionalismo público municipal. Com a palavra, a Senhora Lucileia Aparecida da Silva Pereira, 2ª Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, informou que participou das mesas de negociação realizadas com a Prefeitura Municipal, relatando que a proposta inicial apresentada pelo Executivo contemplava apenas a reposição inflacionária pelo IPCA e reajuste do *ticket*-alimentação. A representante disse que o sindicato não concordou em negociar apenas a reposição inflacionária, por entender que o IPCA constitui direito do trabalhador, defendendo que as negociações deveriam contemplar também ganho real e demais reivindicações das categorias. Relatou que foram realizadas diversas rodadas de negociação, marcadas por discussões acerca das limitações orçamentárias alegadas pelo Poder Executivo. Na sequência, esclareceu que a pauta encaminhada pelo sindicato à Câmara Municipal tinha caráter informativo acerca das deliberações aprovadas em assembleia pelos Servidores, ressaltando que a proposta de nomeação integral dos aprovados na seleção interna não teria sido acolhida pela Administração Municipal. Informou ainda que os Servidores deliberaram pela manutenção de estado permanente de mobilização, respeitadas as limitações decorrentes do estado de calamidade pública. A oradora também disse não concordar com a inclusão, por parte do Executivo, de medidas que, segundo relatou, estabeleceriam percentuais distintos de benefícios entre categorias. Informou que o sindicato não teve acesso prévio ao conteúdo integral da proposta antes de sua tramitação legislativa. Ao final, defendeu tratamento isonômico entre os Servidores públicos municipais, informando que, havendo disponibilidade financeira para concessão de benefícios a determinadas categorias, deveria haver



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

igualdade de tratamento para os demais Servidores. Ressaltou ainda a importância de alterações legislativas que ampliem a participação dos sindicatos nos processos de negociação coletiva envolvendo o serviço público. Com a palavra, a Senhora Jane Aparecida de Amorim Fernandes Braga, Assistente Administrativa da Prefeitura de Juiz de Fora, disse que sua manifestação estava pautada no pedido de isonomia, igualdade, legalidade e respeito às diversas categorias do funcionalismo público municipal. A oradora ressaltou que todos os Servidores desempenham suas atividades com esforço e dedicação, independentemente do cargo ocupado, defendendo que nenhuma categoria seja considerada superior às demais. Recordou o período da pandemia, relatando que diversos Servidores Administrativos permaneceram em atividade presencial para garantir o funcionamento da Administração Pública, assim como outras categorias essenciais. Na sequência, destacou que ingressou no serviço público municipal há aproximadamente 16 anos, mediante concurso público, ocasião em que tomou conhecimento da previsão legal de realização de concurso interno a cada dois anos para progressão funcional. Informou, contudo, que teve apenas uma oportunidade de progressão durante esse período, afirmando que muitos Servidores buscam apenas o cumprimento dos direitos previstos em lei. Ao final, solicitou que os Servidores sejam tratados com respeito e que os direitos previstos na legislação sejam efetivados ainda no exercício de 2026, ressaltando a união e mobilização das categorias presentes. Com a palavra, a Senhora Maria Afonso, Servidora da Prefeitura de Juiz de Fora e Assistente Social do Sistema Único de Assistência Social (Suas), disse que os profissionais da assistência social, incluindo Assistentes Sociais, Psicólogos e Terapeutas ocupacionais, muitas vezes não são contemplados nos debates e reconhecimentos relacionados ao serviço público municipal, embora desempenhem funções essenciais junto à população, especialmente em situações de vulnerabilidade social e calamidade pública. Relatou que os profissionais do Suas atuam diretamente no acolhimento de famílias desalojadas e em situações de crise, oferecendo suporte social e buscando alternativas para atendimento das demandas da população. Nesse contexto, falou não concordar com a concessão de gratificações específicas a determinadas categorias sem extensão aos demais profissionais que também atuam em situações de risco e responsabilidade técnica. A Servidora esclareceu que sua manifestação não tinha como objetivo colocar categorias umas contra as outras, mas defender tratamento isonômico e igualitário entre os Servidores públicos municipais. Ressaltou que os profissionais da assistência social também exercem atividades técnicas relevantes, incluindo emissão de pareceres, visitas domiciliares e atendimentos em condições adversas, muitas vezes utilizando recursos próprios, como veículos particulares, diante da ausência de estrutura adequada. Na sequência, falou que os Servidores aceitaram a proposta de reajuste apresentada em assembleia, mas não concordam com a exclusão de determinadas categorias das gratificações previstas no projeto em tramitação, nem com a ausência de nomeação dos aprovados em concurso e seleção interna. Ao final, defendeu a observância dos princípios constitucionais da igualdade e da isonomia no tratamento dos Servidores públicos, destacando que a categoria busca apenas o reconhecimento e a garantia dos direitos previstos na legislação. Com a palavra, a Senhora Lucimar Cândido de Souza, representante da Comissão dos Servidores Remanescentes da Associação Municipal Comunitária (Amac), informou representar 117 Servidores remanescentes da instituição, destacando que integra comissão composta por Vereadores da Câmara Municipal e representantes do sindicato da categoria. A oradora relatou que, em dezembro de 2019, os Servidores remanescentes da Amac foram reconhecidos pelo Ministério Público como Servidores públicos, falou, contudo, que, após aproximadamente 6 anos, ainda não houve reconhecimento pleno por parte do Município. Informou que a categoria permanece sem plano de carreira e que Servidores com cerca de 20 a 25 anos de atuação ainda permanecem na mesma referência funcional. Na sequência, disse que, durante a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA), realizada em dezembro de 2025, o Secretário de Governo teria informado que o projeto relacionado à categoria estava sendo discutido com o sindicato e que os valores correspondentes seriam contemplados na campanha salarial de 2026. Entretanto, relatou que, em assembleia



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

realizada pelo sindicato em 16 de abril, os Servidores foram informados de que a demanda teria sido novamente adiada, passando a previsão de análise para o exercício de 2027. Ao final, solicitou apoio da Câmara Municipal na defesa das reivindicações dos Servidores remanescentes da Amac, destacando que a pauta já é de conhecimento da Casa Legislativa há vários anos. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol manifestou-se sobre a situação dos Servidores da Amac, informando que foi criada comissão na Câmara Municipal para acompanhar as demandas da categoria. O parlamentar falou que os Servidores enfrentam, há anos, dificuldades relacionadas ao reconhecimento de direitos e à ausência de solução definitiva por parte da Administração Municipal. Relatou que já foram realizadas reuniões e tentativas de diálogo com a Secretaria de Administração, solicitando ao atual Secretário maior atenção às reivindicações apresentadas. Também destacou que o Ministério Público já teria reconhecido direitos dos Servidores remanescentes da Amac, mencionando ainda a existência de Servidores recebendo remuneração inferior ao salário mínimo. Ao final, solicitou a retomada do diálogo entre a Prefeitura e os Servidores da categoria. Com a palavra, a Senhora Maria Lúcia Soares Paim, Servidora da Prefeitura de Juiz de Fora, falou que compartilha das manifestações anteriormente apresentadas pelos Servidores remanescentes da Amac, relatando sentimento de desvalorização e ausência de reconhecimento por parte da Administração Municipal. A oradora informou que a última reunião realizada entre a categoria e o Governo ocorreu em agosto do ano anterior, destacando que, durante audiência relacionada à Lei Orçamentária, teria sido informado que as demandas dos Servidores seriam incluídas na campanha salarial de 2026. Relatou que os Servidores remanescentes da Amac enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de plano de carreira e à perda de direitos ao longo dos anos, mencionando a existência de Servidores com aproximadamente vinte anos de atuação recebendo remuneração equivalente ao salário mínimo. Na sequência, solicitou aos Secretários Municipais presentes que fosse agendada reunião da categoria com a Prefeita, com o objetivo de discutir as reivindicações dos Servidores remanescentes da Amac. E também mencionou dificuldades enfrentadas pelos Servidores em relação à saúde e à ausência de assistência adequada. Ao final, disse não estar satisfeita quanto à participação de parlamentares durante a audiência, defendendo maior acompanhamento das discussões por parte dos Vereadores e reiterando o pedido de atenção às demandas da categoria. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer manifestou-se sobre a situação dos Servidores remanescentes da Amac, afirmando que a categoria foi prejudicada em razão de questões relacionadas à personalidade jurídica da entidade e de acordos anteriormente celebrados. O parlamentar informou que Vereadores da Câmara Municipal já participaram de reuniões buscando alternativas para atendimento das demandas da categoria. Também afirmou não concordar com a alegação de ausência de apoio dos Vereadores da base governista aos Servidores, ressaltando que os parlamentares têm acompanhado e defendido pautas relacionadas ao funcionalismo público municipal. Ao final, destacou que o fato de Vereadores não assinarem pedido de CPI não significa falta de apoio às reivindicações apresentadas pelos Servidores. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal manifestou-se sobre o pedido de instauração de CPI relacionada ao Plano Saúde Servidor, disse não concordar com o entendimento de que a investigação possa prejudicar as negociações em andamento. O parlamentar declarou que a CPI teria como objetivo apurar a ausência de repasses financeiros ao Saúde Servidor, mencionando valores que, segundo relatou, deixaram de ser aportados ao sistema. Também falou que a investigação poderia identificar eventuais responsabilidades quanto à situação enfrentada pelo serviço. Na sequência, ressaltou que, em seu entendimento, a apuração por meio da CPI não impediria a adoção de medidas administrativas voltadas à solução do problema, defendendo que investigação e resolução poderiam ocorrer simultaneamente. Reiterou sua posição favorável à instauração da CPI e disse que a medida busca garantir esclarecimentos sobre a situação do Saúde Servidor e a continuidade do atendimento aos Servidores públicos municipais. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer disse que, em seu entendimento, CPIs nem sempre resultam na solução dos problemas debatidos, citando como exemplo outras comissões já realizadas em diferentes



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

esferas legislativas. O parlamentar declarou ainda que não concorda com a utilização do tema para fins político eleitorais, defendendo que o objetivo principal deve ser a resolução dos problemas enfrentados pelos Servidores em relação ao Saúde Servidor. Informou que participou da criação do Plano Saúde Servidor durante sua atuação como Secretário Municipal, e falou que sempre defendeu a manutenção e o funcionamento do sistema. Disse que sua posição está voltada à busca de soluções para o Saúde Servidor, sem vinculação a disputas políticas ou eleitorais. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que a função investigativa do Poder Legislativo não possui caráter criminal, cabendo ao Ministério Público a apuração de eventuais ilícitos identificados durante os trabalhos. O parlamentar ressaltou que a CPI do transporte público realizada pela Câmara Municipal teve como objetivo apontar irregularidades e encaminhar informações aos órgãos competentes, mencionando que os relatórios produzidos foram aprovados pelos Vereadores e posteriormente enviados ao Ministério Público. Falou que, em seu entendimento, a Administração Municipal também possui responsabilidades relacionadas à situação do transporte público, especialmente quanto ao repasse de recursos às empresas concessionárias. Ao final, sugeriu que a Câmara Municipal encaminhe manifestação ao Ministério Público solicitando informações sobre o andamento das apurações decorrentes da CPI anteriormente realizada. Com a palavra, a Senhora Ângela Antunes Bianchi, Servidora da Vigilância Sanitária, manifestou-se acerca da necessidade de observância do princípio da isonomia nas discussões relacionadas à campanha salarial dos Servidores públicos municipais. A oradora falou que, durante as negociações, foi defendida a concessão igualitária do *ticket*-alimentação para todos os Servidores, mencionando, contudo, que os valores concedidos teriam sido diferenciados entre categorias. Na sequência, relatou dificuldades enfrentadas pelos Servidores no exercício de suas atividades, especialmente no âmbito da Vigilância Sanitária, mencionando condições de trabalho consideradas inadequadas, inclusive quanto à estrutura física disponível aos profissionais. A Servidora também relatou que Servidores realizam contribuições próprias para custear itens básicos no ambiente de trabalho, como café para uso diário nas repartições públicas. Ao final, destacou a dedicação dos Servidores públicos municipais no atendimento à população, defendendo que o reconhecimento do trabalho desenvolvido deve partir da sociedade atendida pelos serviços públicos. Com a palavra, a Senhora Rafaela Tavares, Agente de Atendimento da Prefeitura de Juiz de Fora, manifestou-se em defesa da valorização da categoria. Disse que os Agentes de Atendimento exercem funções semelhantes às desempenhadas pelos Assistentes de Administração, embora, segundo relatou, possuam carreira e remuneração distintas. A oradora informou que a categoria reivindica reformulação da carreira, participação em concurso interno e ampliação do adicional previsto no Projeto de Lei em discussão. Também falou que o texto atualmente constante na proposta não estaria em conformidade com o que teria sido acordado com a categoria, mencionando que o dispositivo reproduziria conteúdo de legislação anterior que não contemplaria as reivindicações apresentadas. Na sequência, destacou que os Agentes de Atendimento desempenham atividades relevantes no atendimento direto à população e relatou que a carga horária da categoria permaneceu inalterada mesmo após mudanças ocorridas em outros setores da Administração Municipal. Ao final, agradeceu à Câmara Municipal, ao sindicato e à Secretaria de Recursos Humanos pela inclusão da pauta da categoria nas discussões, solicitando a correção do texto do projeto por meio de emenda apresentada com redação jurídica específica. Com a palavra, a Senhora Natália Paleta manifestou-se acerca da importância da escuta da população durante a audiência pública, afirmando que compareceu à reunião para representar vítimas das chuvas e pessoas atingidas pela calamidade pública no Município. A oradora relatou que atua voluntariamente no apoio às famílias afetadas desde o mês de fevereiro, mencionando ter acompanhado situações de vulnerabilidade social e dificuldades enfrentadas por moradores atingidos pelas enchentes e deslizamentos. Também disse que, ao acompanhar as discussões sobre os projetos em tramitação, passou a compreender a amplitude das demandas relacionadas aos Servidores públicos e às questões orçamentárias do Município. Na sequência, fez referência às



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

justificativas constantes em projeto de lei relacionado à concessão de gratificações e adicionais a determinadas categorias, questionando os critérios utilizados para diferenciação dos benefícios concedidos. Também manifestou preocupação quanto à ausência de estudo de impacto financeiro nas propostas em discussão, afirmando que a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal seria necessária para criação de novas despesas públicas. A oradora ainda mencionou dificuldades enfrentadas por famílias atingidas pela calamidade pública, relatando casos de pessoas que perderam moradias, bens materiais e instrumentos de trabalho, além de situações relacionadas à insuficiência de auxílio social e habitacional. Ao final, solicitou que o Poder Público adote medidas voltadas tanto à regularidade das propostas financeiras apresentadas quanto à ampliação da assistência às famílias afetadas pelas chuvas e pela calamidade pública no Município. O Presidente Zé Márcio Garotinho, para esclarecimento, informou que mensagens do Poder Executivo são, por vezes, encaminhadas inicialmente sem o estudo de impacto financeiro, sendo o referido documento posteriormente anexado durante a tramitação da matéria. Ressaltou ainda que a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira não libera a votação dos projetos enquanto a documentação necessária não estiver devidamente apresentada. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado dirigiu-se inicialmente às Servidoras Maria e Daise, parabenizando especialmente a manifestação realizada pela Senhora Maria. Disse acompanhar, desde o início de seu mandato parlamentar, as reivindicações dos profissionais da Assistência Social. A parlamentar ressaltou a importância do reconhecimento do setor no âmbito nacional, mencionando discussões relacionadas à vinculação orçamentária e ao piso da categoria. Também falou que reconhece o trabalho desempenhado pelos técnicos da assistência social, especialmente no contexto da calamidade pública enfrentada pelo Município, destacando a atuação dos profissionais no acolhimento e apoio às famílias atingidas. Na sequência, a Vereadora disse que os profissionais da assistência social podem buscar diálogo com o Legislativo para fortalecer sua representatividade na Câmara Municipal. Por fim, manifestou-se acerca das observações feitas anteriormente sobre a análise dos projetos em tramitação, ressaltando que a Câmara Municipal possui comissão responsável pela avaliação financeira e formal das matérias legislativas, e falou que confia no trabalho desenvolvido pelos Vereadores integrantes da referida comissão. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer pediu para retratar-se com o Vereador Sargento Mello Casal, falando que reconhece a seriedade do trabalho de fiscalização realizado pelo parlamentar em relação ao Saúde Servidor. O Vereador destacou que possui entendimento próprio quanto às formas de cobrança e de busca por soluções para o plano Saúde Servidor, ressaltando que todos os fatos relacionados à situação do plano devem ser apurados, inclusive no âmbito do Ministério Público. Na sequência, dirigiu-se às considerações feitas pela Senhora Natália Paleta, dizendo que a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal não delibera matérias sem a apresentação do estudo de impacto financeiro, por se tratar de exigência legal nos casos de criação de despesas públicas. Ao final, informou que o projeto ainda se encontra em discussão e que o estudo de impacto financeiro poderá sofrer alterações caso novas categorias venham a ser incluídas na proposta, ressaltando que a presidência da Câmara somente colocará a matéria em votação após o cumprimento das exigências legais pertinentes. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal manifestou-se acerca da condução orçamentária da Administração Municipal. Disse que já vinha, em legislaturas anteriores, realizando alertas sobre questões relacionadas à gestão financeira do Município e às projeções orçamentárias elaboradas pela Secretaria da Fazenda. O parlamentar também mencionou discussões anteriores relacionadas ao orçamento da Prefeitura, ao transporte público e ao Saúde Servidor. Falou que, em seu entendimento, determinadas medidas adotadas pelo Executivo Municipal contribuíram para o cenário atualmente enfrentado pelos Servidores públicos. Na sequência, relembrou debates ocorridos em mandatos anteriores envolvendo reivindicações do magistério e do funcionalismo público, afirmando que participou de iniciativas legislativas voltadas às demandas apresentadas pelas categorias. O Vereador ainda declarou que, em sua avaliação, a Administração Municipal realizou



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

promessas que não teriam sido integralmente cumpridas, especialmente em relação às pautas dos Servidores públicos municipais. Também voltou a defender a instauração de CPI para apuração de questões relacionadas ao Saúde Servidor e aos repasses financeiros destinados ao sistema. Por fim, falou que não concorda com a condução orçamentária do Município, mencionando dados relacionados à arrecadação municipal e posicionando-se favoravelmente à adoção de medidas que, segundo afirmou, observem maior responsabilidade fiscal e transparência na gestão pública. O Presidente Zé Márcio Garotinho pediu desculpas à Senhora Darli, informando que, por equívoco, havia deixado de conceder-lhe a palavra no momento oportuno da audiência, solicitando autorização para que pudesse realizar sua manifestação naquele instante. Com a palavra, a Senhora Darli Rodrigues da Silva, representante da comunidade do Bairro Jóquei Clube, manifestou-se como cidadã usuária dos serviços públicos municipais, destacando a importância do trabalho desempenhado pelos Servidores da Prefeitura, especialmente pelos Assistentes Administrativos e demais categorias de apoio da Administração Pública. A oradora falou que os Servidores Administrativos exercem papel essencial para o funcionamento das Secretarias e dos serviços públicos, ressaltando que áreas como saúde e educação dependem diretamente da atuação desses profissionais para garantir atendimento adequado à população. Na sequência, manifestou apoio às reivindicações apresentadas pelos Servidores durante a audiência, destacando a importância da valorização das categorias que, segundo relatou, sustentam o funcionamento cotidiano da Administração Pública. Também mencionou compromisso anteriormente assumido pela Administração Municipal quanto à nomeação de aprovados em processo seletivo interno realizado em 2025, afirmando que a medida, segundo relatou, ainda não teria sido efetivada. Além disso, manifestou preocupação com a concessão de benefícios diferenciados a determinadas categorias, defendendo maior isonomia entre os Servidores públicos municipais. Ao final, disse que a valorização da base do funcionalismo público contribui para melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, reiterando pedido de inclusão dos Assistentes Administrativos nas medidas discutidas durante a audiência. Pela ordem, os Vereadores Juraci Scheffer e Sargento Mello Casal debateram sobre os acontecimentos nacionais relacionados à pandemia da Covid-19; os atos de 8 de janeiro de 2023; o pedido de CPI feito pelo Vereador Sargento Mello Casal; o respeito entre os parlamentares; as ações relacionadas ao Projeto Boniteza; o remanejamento de recursos; o papel fiscalizatório dos Vereadores e os aportes feitos pelo Executivo ao Saúde Servidor. O Presidente Zé Márcio Garotinho esclareceu que o debate entre os Vereadores Sargento Mello Casal e Juraci Scheffer extrapolou o tema da audiência pública e informou que a audiência pública foi realizada a pedido dos Vereadores e das Vereadoras, com o objetivo de ouvir sindicatos, associações e representantes do Executivo. Por fim, afirmou que o compromisso da Casa é apreciar e votar a mensagem após os esclarecimentos necessários, buscando contemplar as categorias envolvidas. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Secretário de Governo Ronaldo Pinto Júnior disse que o projeto encaminhado à Câmara ainda está em análise e pode receber emendas ou até mesmo ser retirado pelo Executivo, conforme prerrogativa administrativa da Prefeitura. Falou que a Administração Municipal mantém disposição para o diálogo com as categorias que não se sentiram contempladas pela proposta e informou que a Prefeita pediu que fosse reforçado o compromisso de retomada das conversas com essas categorias. O Secretário falou que o projeto contempla todos os Servidores municipais ao prever reajuste linear e aumento do *ticket*-alimentação, destacando que o acordo firmado com o sindicato foi cumprido e que outras demandas apresentadas por associações foram incorporadas posteriormente ao texto. Disse ainda que lamentava o esvaziamento da audiência ao final e que o debate tivesse se afastado do tema principal. Sobre o Saúde Servidor, informou que a Prefeitura mantém discussões há cerca de 11 meses com grupos de trabalho e representantes sindicais, buscando alternativas para revisão do funcionamento do plano. Disse que, segundo os levantamentos realizados até o momento, não foram identificadas irregularidades ou ausência de repasses nos últimos anos, destacando que relatórios foram apresentados aos Vereadores e que o



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

plano continua funcionando mediante contribuições dos Servidores e aportes das mantenedoras. Ao final, falou sobre o compromisso do Executivo em retomar as conversas com as categorias e disse que a Administração está empenhada em aprovar o reajuste salarial dos Servidores o mais breve possível, buscando construir entendimento que contemple a maioria das categorias envolvidas. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal questionou a informação de que não haveria irregularidades relacionadas ao Saúde Servidor e perguntou por que o Governo não apresenta as planilhas com os valores aportados pelas mantenedoras e pela Prefeitura no período da gestão da Prefeita Margarida Salomão, desde 2021. Disse que os dados vêm sendo solicitados judicialmente e que há recursos para evitar a entrega das informações. O Vereador também falou que, caso esteja tudo regular, não haveria motivo para impedir a instalação da CPI, defendendo que a investigação poderia esclarecer a destinação dos recursos. Acrescentou que, se forem identificadas irregularidades ou desvios, os responsáveis devem responder administrativa e criminalmente. O Presidente Zé Márcio Garotinho informou que a Prefeita Margarida Salomão pediu que fosse transmitido às categorias o compromisso da Administração em iniciar a efetivação dos Servidores aprovados, dentro dos limites fiscais do Município. Também disse que a Prefeita manifestou disposição para abertura de mesa de negociação com todas as categorias, buscando contemplá-las dentro do possível e do que for considerado justo pela Administração Municipal. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 13h22min. Estiveram presentes: Ronaldo Pinto Junior, Secretário de Governo; Matheus Jacometti, Secretário de Recursos Humanos; Marcus Motta, Procurador do Município; Vitor Mendes Magalhães, Presidente da Associação dos Fiscais de Posturas da Prefeitura; Rita das Dores Duque, Presidente dos Sindicatos dos Agentes de Saúde e Endemias da Zona da Mata Mineira; Marcelo Lopes Sobral Júnior, Presidente da Associação dos Agentes de Trânsito; Valeria Malta, Diretora e Tesoureira do Sindicatos dos Engenheiros de Minas Gerais; Emerson Vieira Duarte, Presidente da Associação dos Motoristas do Município; Helber Augusto Augusto Alves Afonso, Presidente da Associação dos Assistentes Administrativos Municipais; Cristina Lopes, Presidente da Associação dos Servidores Municipais de Saúde; e Deise Medeiros, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado) e Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa; e Karina Médice de Freitas, Supervisora dos Serviços de Procedimento Legislativo e Rotinas Internas, lavraram a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 26 de maio de 2026.

José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal

João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

